

Rosa Virgínia Mattos e Silva

CAMINHOS DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

ouvir o inaudível



EDITOR: *Marcos Marcionilo*

CAPA E PROJETO GRÁFICO: *Andréia Custódio*

CONSELHO EDITORIAL: *Ana Maria Stahl Zilles* [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteagudo [Univ. de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S583c

Silva, Rosa Virgínia Mattos e
Caminhos da linguística histórica - "ouvir o inaudível" / Rosa Virgínia
Mattos e Silva. - São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
208 p. (Lingua[gem] ; 30)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88456-88-4

1. Linguística histórica. 2. Mudança linguística. 3. Filologia. 4. Sociolin-
guística. I. Título. II. Série

08-4415

CDD: 417.7

CDU : 81'28

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga

04281-070 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-1522 | fax: [11] 5061-8075

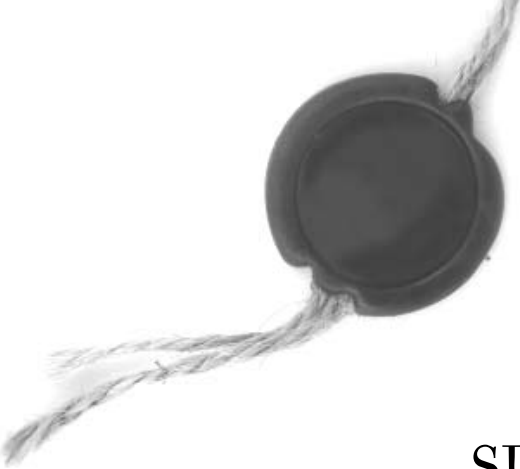
home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-88-4

© da edição brasileira: Parábola Editorial, São Paulo, outubro de 2008



SUMÁRIO

“OUVIR O INAUDÍVEL”	7
Introdução	7
A. De que trata a linguística histórica?.....	8
B. Será possível separar sincronia de diacronia?.....	10
C. Qual a diferença entre linguística histórica e linguística diacrônica?	12
D. É possível fazer linguística histórica ou diacrônica sem considerar a filologia?.....	13
E. Qual a relação entre linguística histórica e linguística teórica?	15
PARTE I	
A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA	
INTRALINGUÍSTICA E INTRASSISTÊMICA	27
1. A teoria neogramática da mudança linguística	29
2. O estruturalismo diacrônico	35
3. O gerativismo diacrônico	43
PARTE II	
A MUDANÇA LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA	
SÓCIO-HISTÓRICA OU EXTRALINGUÍSTICA.....	55
1 Precursores.....	56

	<i>Antoine Meillet</i>	56
	<i>Michael Bakhtin</i>	58
	<i>Otto Jespersen</i>	60
	<i>Ramón Menéndez Pidal</i>	62
	<i>Émile Benveniste</i>	65
2	A mudança linguística no funcionalismo	71
	<i>Sobre o sociofuncionalismo</i>	91
3	A teoria da variação e mudança laboviana.....	95
	<i>A sociolinguística paramétrica: o “casamento” da variação intrassistêmica e intersistêmica</i>	133
	<i>As tradições discursivas numa perspectiva histórico-diacrônica</i>	146
4	Algumas observações conclusivas.....	149

PARTE III

	A REALIZAÇÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	157
	Preliminar	157
1	Alguns precursores.....	158
	<i>J. H. Bredsdorff</i>	158
	<i>O. Jespersen</i>	159
	<i>R. Menéndez Pidal</i>	160
	<i>E. Sapir</i>	161
	<i>É. Benveniste</i>	164
2	Os neogramáticos	167
3	O estruturalismo diacrônico	170
	<i>Eugenio Coseriu</i>	172
4	Na sociolinguística.....	175
5	No gerativismo	180
	<i>R. Lass</i>	184
	Consideração final	187
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189



“OUVIR O INAUDÍVEL”

Os principais testemunhos para o passado linguístico mais remoto são os textos escritos: inscrições, manuscritos, livros impressos (R. Lass 1997: 44).

INTRODUÇÃO

“Ouvir o inaudível” [“hearing the inaudible” (Lass 1997: 45)] ou “a arte de fazer o melhor uso de maus dados” (Labov 1982: 20) são apropriadas metáforas, utilizadas por dois especialistas contemporâneos, para definir o tipo de dados de que dispõem os que trabalham no campo da linguística histórica. Metáforas que também podem, em parte, delimitar o que seja o trabalho nesse campo da linguística.

Nesta introdução, desenvolvo conceitos básicos, tanto referentes à linguística histórica, no seu sentido estrito, como a sua relação com a filologia e com a linguística teórica. Busco também responder às seguintes questões:

- A. De que trata a linguística histórica?
- B. Será possível separar sincronia de diacronia?
- C. Qual a diferença entre linguística histórica e linguística diacrônica?
- D. Será possível fazer linguística histórica e linguística diacrônica sem considerar a filologia?
- E. Qual a relação entre linguística histórica e linguística teórica?

A. DE QUE TRATA A LINGUÍSTICA HISTÓRICA?

Tradicionalmente, define-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças — fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais — ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo. Contudo, a história de uma língua, como a história dos homens, como diz M. Foucault, “não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (2000 [1972]: 293). Se assim é, a linearidade temporal das mudanças nas línguas deve ser revista, e a “multiplicidade de tempos que se emaranham” deve ser levada na devida conta por aquele que faz linguística histórica. Uma regra ou lei do tipo neogramático, em que X (no tempo A) > Y (no tempo B), não se sustenta porque, entre A e B, múltiplos fatores podem ter tido efeitos inesperados sobre a mudança de X > Y.

Tendo mencionado uma regra ou lei do tipo neogramático, direi apenas, para retornar à teoria neogramática na parte I deste livro, que ela foi a primeira teoria sobre a mudança linguística. Depois do admirável trabalho dos comparativistas da primeira metade do século XIX, na reconstrução genética das línguas, sobretudo as indoeuropéias, de que não tratarei neste livro (cf., p. ex., Weedwood, 2002: 103-106; Faraco 2005: 139-142, para citar apenas autores cujos livros estão em português), os neogramáticos foram, certamente, como diz C. A. Faraco, “um divisor de águas” (id.: 139).

Com base em Eugenio Coseriu, no clássico *Sincronia, diacronia e história*, que afirma que a “descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem e constituem juntas a linguística histórica” (1979: 236) e ainda fundamentada no também clássico *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (2006/1968), cujos autores — U. Weinreich, estudioso do contato linguístico (cf. *Languages in Contact*), publicado pela Mouton em 1953 e reeditado em 1964, M. Herzog, dialetólogo, autor do atlas linguístico do iídiche na Europa, e W. Labov, então discípulo de U. Weinreich —, cheguei a uma formulação do que trata a linguística histórica, ou seja, não se trata apenas das mudanças das línguas ao longo do seu tempo de uso. É algo mais.

De meu ponto de vista, já exposto em artigo de 1988, que não foi contestado, considero que se podem admitir duas grandes vertentes na linguis-

tica histórica, que designei, e mantenho, de linguística histórica *lato sensu* e linguística histórica *stricto sensu*.

A linguística histórica *lato sensu* trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*, que, necessariamente são datados e localizados, tal como os estudos descritivos, sobretudo do estruturalismo americano, que teve seguidores no Brasil, inclusive eu mesma no livro de 1989, *Estruturas trecentistas*. Nesse livro, descrevi os dados de um longo texto do século XIV, *Os quatro livros dos Diálogos de São Gregório*; os estudos dialetológicos, tanto atlas linguísticos, como monografias sobre dialetos regionais; os estudos sociolinguísticos, como os da sociolinguística variacionista, que refina o método de quantificação por meio de programas informatizados, que permitem cruzar variáveis intra e extralinguísticas e estabelecem os pesos relativos dessas variáveis; os estudos etnolinguísticos, que, utilizando informantes adequados aos objetivos, constituem *corpora* para análise, em geral de natureza qualitativa. Poderia ainda incluir na linguística histórica *lato sensu* as teorias do texto, do discurso e da conversação, que se baseiam em *corpora* datados e localizados.

Considero a linguística histórica *stricto sensu* a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. É essa a tradicional concepção da linguística histórica, que, no seu sentido estrito, pode ser trabalhada em duas orientações:

- a) a linguística histórica sócio-histórica e
- b) a linguística diacrônica associal.

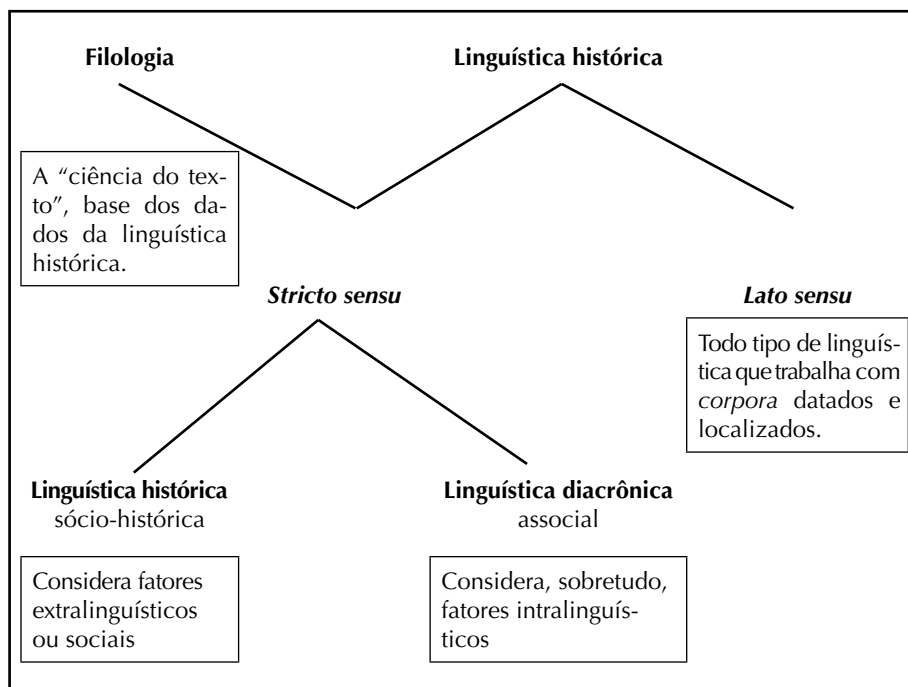
A do tipo *a* considera fatores extralinguísticos ou sociais, também fatores intralinguísticos, como a sócio-história proposta por S. Romaine (1985) e as sociolinguísticas, que tratam da mudança linguística, como é o caso da teoria laboviana da variação e mudança. Desse tipo de linguística histórica tratarei na parte II deste livro.

A do tipo *b* considera apenas fatores intralinguísticos, como é o caso dos estruturalismos diacrônicos, cujo exemplo maior é o de A. Martinet, no seu livro de 1955, *Économie des changements phonétiques*, e do gerativismo diacrônico, que tem como representante maior D. Lightfoot, que, desde 1979, com o seu livro *Principles of Diachronic Syntax*, vem reformulando

sua teoria da mudança sintática, de acordo com as modificações do modelo gerativista. Desse tipo de linguística histórica tratarei na parte I.

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração.

O que foi exposto até aqui, no que se refere à questão A, pode ser sintetizado no gráfico seguinte:



B. SERÁ POSSÍVEL SEPARAR SINCRONIA DE DIACRONIA?

Desde que F. de Saussure foi divulgado no célebre *Cours de linguistique générale* (1916), a dicotomia "sincronia" vs. "diacronia" tornou-se, para os estruturalismos que se iniciavam, um dos postulados básicos da linguística moderna.

Saussure defendia que a *langue* ou "sistema" seria um complexo sistema de valores puros, ou seja, que os termos que o compunham não se

definiam por si mesmos, mas por relações recíprocas. Esse sistema homogêneo constituiria um *état de langue* e seria o objeto de estudo precípua da linguística, da *linguistique de la langue*. A diacronia, por sua vez, trataria das mudanças por que uma língua passa no tempo e essas mudanças ocorreriam na *parole*. Saussure deu prioridade à *linguistique de la langue*, em detrimento da *linguistique de la parole*. Contudo, Saussure admitiu que a análise apenas sincrônica seria uma abstração teórica, idealizada como objeto de estudo, uma vez que estava consciente do movimento das línguas ao longo do tempo. No estruturalismo americano, sobretudo o de orientação bloomfieldiana, é que a descrição sincrônica, ou linguística descritiva, evitando argumentos histórico-diacrônicos, domina soberana.

Com a hegemonia dos estudos sincrônico-descritivos, os estudos histórico-diacrônicos passaram a plano secundário. Entretanto, não tardou que surgissem os “revisionistas” dos postulados saussurianos. No que concerne à dicotomia “sincronia” vs. “diacronia”, destacarei primeiro Coseriu.

Coseriu, um dos grandes linguistas do século XX, no seu livro *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*, publicado em português em 1979, ao admitir que “a descrição e a história da língua... constituem juntas a linguística histórica” (1979: 236) e sendo coerente com a distinção que desenvolve entre funcionamento, sincrônico, e o constituir-se, diacrônico, e que sincronia e diacronia são duas faces do mesmo fenômeno, afirma:

A língua se faz...: é um fazer-se num quadro de permanência e de continuidade... Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de “objeto histórico”. Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão (*id.*: 237-238).

Com a sociolinguística laboviana ou variacionista, cai por terra a “homogeneidade” do objeto de estudo saussuriano, quando, já nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de 1968, defendem os autores a “heterogeneidade” sincrônica. Essa “heterogeneidade ordenada” permitiu que a mudança linguística se integrasse a esse modelo teórico, que criou o artifício metodológico do “tempo aparente”, dando margem à demonstração da mudança numa diacronia sincrônica, com base no estudo da variação de falantes de faixas etárias diferentes, conviventes numa mesma comunidade de fala, em um mesmo tempo e lugar. Pelas frestas da variação etária se evidenciava, na sincronia, a diacronia.

C. QUAL A DIFERENÇA ENTRE LINGUÍSTICA HISTÓRICA E LINGUÍSTICA DIACRÔNICA?

Costuma-se não distinguir linguística histórica de linguística diacrônica. Contudo, essa distinção deve ser feita.

Fiquei alerta para essa diferença, quando Ian Roberts ministrou um curso sobre gerativismo diacrônico e, por ter se interessado pelo que nosso grupo de pesquisa — Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) fazia, disse que fazíamos linguística histórica e não diacrônica, isto é, trabalhávamos com o objetivo de descobrir ou desvelar a constituição histórica da língua portuguesa ao longo de seu tempo histórico.

Os gerativistas buscam “explicar” (entre aspas explicar, porque prefiro “interpretar”) as mudanças — no caso, sintáticas — que ocorreram sem considerar fatores externos, ou sócio-históricos, interessados apenas nos fatores próprios à *grammar* do falante, ou seja, em seu processamento computacional.

Essa posição teórica é consequente com a teoria gerativa, que considera a linguística como uma “ciência natural” e não “histórica”.

No livro *Clause Structure and Language Change* (1995), A. Battye e I. Roberts são taxativos e bem definem, da teoria de princípios e parâmetros, a linguística histórica, contrapondo a tradição e a perspectiva que adotam:

A maioria do trabalho tradicional na linguística histórica e na filologia é trabalho sobre a “E-language”... a análise de uma língua como “E-language” é independente, em princípio, de qualquer propriedade que possa ser atribuída à mente/cérebro dos falantes nativos... à gramática concerne fundamentalmente a “I-language” (*id.*: 7).

Depois de relacionarem “questões tradicionais” aos estudos diacrônicos afirmam:

Qualquer resposta que possamos divisar para as questões dadas dependerá desta questão: quais são os mecanismos da mudança de parâmetros... Acreditamos que o estudo da sintaxe diacrônica, uma vez que nos dá um *insight* sobre os mecanismos da mudança de parâmetro, pode nos dizer alguma coisa sobre a marcação de parâmetros, isto é, sobre a aquisição da linguagem (*id.*: 6-8).

I. Roberts tinha razão ao afirmar que linguística histórica é o que fazemos no PROHPOR, e diacrônica, o que fazem os gerativistas como ele. Volta-

rei à teoria da mudança numa perspectiva intrassistêmica na parte I deste livro e também à teoria da mudança no gerativismo diacrônico.

D. É POSSÍVEL FAZER LINGUÍSTICA HISTÓRICA OU DIACRÔNICA SEM CONSIDERAR A FILOLOGIA?

Ao buscar responder à *Questão A*, apresentei em um gráfico a relação entre a linguística histórica, que no seu sentido estrito deve estar relacionada, mesmo dependente, do trabalho da filologia e, ali, sinteticamente, digo que a filologia é a “ciência do texto”, isso na verdade diz muito pouco.

Buscando uma definição para a filologia no âmbito dos estudos filológicos e linguísticos sobre a língua portuguesa, começo com o mestre Leite de Vasconcellos que, nas suas *Lições de filologia portuguesa*, define com amplitude a filologia:

A filologia abrange pois: história da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos) com a estilística e a métrica; história literária. Faz-se aplicação prática da filologia quando se edita criticamente um texto (1950: 8).

E conclui Leite de Vasconcellos

Nas minhas preleções, entendo de ordinário por filologia portuguesa o estudo de nossa língua, em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua (*id.*: 9).

Filólogos brasileiros como Serafim da Silva Neto, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, entre outros, filólogos declaradamente discípulos de Leite de Vasconcellos, aceitam essa concepção abrangente para filologia.

Nesse “tempo” muito bem definido por Ivo Castro, também filólogo, em estudo em homenagem ao grande filólogo brasileiro Celso Cunha, editor dos *Cancioneiros* de Paay Gomez Charinho, Martin Codax e Joan Zorro, apropriadamente, diz que era o “tempo”:

em que linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas, arqueólogos e não tinham problema de identidade disciplinar, pois se sabiam participantes de uma vasta empresa de aquisição de conhecimentos diversificados, mas harmonizáveis em torno de um interesse comum pela palavra documental ou artística e pelo seu comportamento na história. Conhecerem-se todos por filólogos era tradicional e apropriado (1995: 512).

Já Joaquim Mattoso Câmara Jr., o chamado “pai da linguística” (moderna) no Brasil, contrapõe a linguística à filologia, no seu *Dicionário*. No verbete “Linguística” diz:

Trata-se de uma ciência desinteressada, que observa e interpreta os fenômenos linguísticos: a. numa dada língua; b. numa família ou bloco de línguas; c. nas línguas em geral, para depreender os princípios fundamentais que regem a organização e o funcionamento da linguagem entre os homens. Há assim, portanto, a linguística especial (portuguesa, francesa etc.); a linguística comparativa (indoeuropéia, camítico-semítica etc.); a linguística geral. Não são termos equivalentes à gramática, em qualquer de suas acepções e à *filologia, que pressupõe uma língua culta e uma escrita* (1970 [1956]: 1956; grifos meus).

Mattoso Câmara Jr. restringe o campo de trabalho da filologia. Dele discordo quando diz que a filologia “pressupõe uma língua literária”. Basta referir os textos não-literários (oficiais ou particulares) que já foram editados, ou estão a ser, no Projeto para a História do Português Brasileiro, coordenado por Ataliba de Castilho, e a edição monumental de L. F. Lindley Cintra sobre os *Foros de Castelo Rodrigo*, de 1959.

A filologia, hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. Assim a filologia assume o seu lugar como a “ciência do texto”, herança benéfica semeada há quase vinte séculos pelos alexandrinianos, num retorno que, no dizer do filólogo português I. Castro, não é uma restauração, mas renovado retorno, por causa dos dimensionamentos de seu objeto, por causa dos avanços da informática (cf. Castro, 1995: 531). E no que concerne aos estudos linguísticos, por causa do também renovado retorno relativamente aos estudos histórico-diacrônicos.

Qual será então o trabalho do filólogo? Ninguém melhor do que a filóloga italiana, no sentido mais amplo possível do termo, Luciana Stegnano Picchio, para responder a essa interrogação. No seu livro *A lição do texto: filologia e literatura*, diz:

Filólogo é quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema [espaços sincrônicos ideologicamente unitários] que decidiu estudar, procurar a voz dos textos e de um passado que já não considera sufocado pelos estados sobrepostos (1979: 234).

Espero que se veja que não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado. Lembre-se que o gerati-

vista David Lightfoot no seu *Principles of Diachronic Syntax*, de 1979, entre outros problemas que levanta na introdução de seu livro, ressalta o papel do filólogo, editor de textos do passado, sem os quais se torna impossível aplicar qualquer teoria sobre a mudança linguística, inclusive a gerativa.

Como no Brasil, a filologia recuou para dar espaço à linguística moderna, aqui aportada na década de 1960, viu-se de repente, ao retornarem os estudos histórico-diacrônicos — pela via da sociolinguística, do gerativismo e, mais recentemente, pela via dos funcionalismos — que muitos linguistas foram em busca da relegada filologia.

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística.

E. QUAL A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA HISTÓRICA E LINGUÍSTICA TEÓRICA?

Em obras clássicas sobre a linguística histórica, tais como a *Historical Linguistics*, de Theodora Bynon (1990 [1977]); a *Historical and Comparative Linguistics*, de Raimo Anttila (1989 [1972]); a *Socio-Historical Linguistics*, de Suzanne Romaine (1985 [1982]) e a de Raimo Lass, *Historical Linguistics and Language Change* (1997), não tratam esses autores da relação entre linguística histórica e linguística teórica.

Robert Martin, em *Para entender a linguística* (2003 [2002]), organiza o seu livro em seis capítulos: no primeiro, trata da linguística descritiva; no segundo, da linguística teórica; em seguida, da linguística geral; da filosofia da linguagem; da linguística histórica e da linguística aplicada.

Nessa obra, que tem como subtítulo *Epistemologia elementar de uma disciplina*, vou me deter no que diz o autor sobre a linguística teórica, capítulo 2, e sobre a linguística histórica, capítulo 5.

Define Martin linguística teórica, logo no primeiro parágrafo do capítulo, dizendo que a “finalidade da linguística não é somente descrever, mas

também explicar: dizer por que os fatos são como são. Que espécie de causalidade a linguística pode alegar?" (*id.*: 51).

É a essa pergunta que ele vai tentar responder. Martin descarta a "causalidade" histórica — "por mais esclarecedora que possa ser, se prende a uma causalidade fenomenal: um dado fenômeno provém de outro mais antigo" (*id.*: 52).

À p. 53, ele diz que tentará mostrar que a "explicação não pode escapar de uma teoria", que deve "dar conta do discurso" (*id.*: 57). E explica que "dar conta" significa "predizer". Conclui que a "função da teoria é, então, uma função preditiva, se exerce essencialmente em dois domínios: a combinação e a inferência" (*id.*: *ib.*).

Continuando, diz ele que a "combinação"

deve predizer as combinações que são aceitáveis e as que não são: um dos grandes méritos do linguista americano N. Chomsky foi ter colocado o problema nesses termos e tê-los vinculado às exigências do que se chama "formalização" (*id.*: *ib.*).

Conclui o item sobre a "combinação", afirmando que, "no fim das contas, são meras descrições sistematizadas, abertas sobre o possível, mas muito fracamente explicativas" (*id.*: 62)

Quanto à "inferência", diz que "ocupa um lugar importante na teoria semântica" (*id.*: 62), e mais adiante, a partir de exemplos, afirma o autor que é importante a relação inferencial, porque uma das funções da teoria será predizê-la corretamente (cf. p. 63). Destaca ainda:

uma exigência essencial: a da generalidade. Uma explicação supõe sempre que nos elevemos a um nível superior de abstração. As teorias preditivas podem se situar em níveis muito variáveis de generalidade (*id.*: 67).

Depois de desenvolver os "níveis de generalidade", conclui o capítulo 2, mostrando que, como a linguística apresenta "toda sorte de modelos" (*id.*: 73),

disso resulta uma formidável variedade teórica, da qual não podemos dar neste livro, nem sequer um panorama... o perigo, de todo modo, é que se multipliquem "as igrejinhas": as opções teóricas podem até ser tão exclusivas que os membros de uma escola olhem soberbamente os de outra. Mas as perspectivas estão mudando... Se é preciso rejeitar os ecletismos e as sínteses, a linguística teórica, por outro lado, tem tudo a ganhar se privilegiar, para além das diferenças, os princípios unificadores e a investigação de universais metodológicos (*id.*: 73-74).

No capítulo 5, Martin tratará da linguística histórica. Afirma, de início, que “todas as línguas evoluem” e só “permanecem estáticas as línguas mortas” (*id.*: 135). Considera que a

linguística, portanto, tem obrigatoriamente uma dimensão histórica. Decerto, é possível desinteressar-se da história. A linguística “estruturalista”, americana ou europeia, considerou que o bom funcionamento das línguas não supunha em nada conhecimentos históricos (*id.*: 135).

Considera Martin que há uma “dupla dimensão” na linguística histórica:

Toda língua é feita de camadas diversas: é necessário um mínimo de cultura histórica para discerni-las. Explicar uma língua é, ao menos, em parte, compreender sua história... eis, portanto, o que justifica a abordagem histórica, mesmo em pura sincronia contemporânea. Mas fica óbvio que a história da língua encontra em si mesma amplas razões para modificar sua prática (*id.*: 141-142).

Ao tratar da “explicação histórica”, diz que essa “explicação se baseia em dois tipos de noções: os universais diacrônicos e as tendências tipológicas” (*id.*: 147). Não desenvolverei aqui esse tópico, que será focalizado na parte III deste livro.

Ao finalizar o capítulo 5, afirma Martin que “de fato a história se situa fora de toda previsibilidade” (*id.*: 160). E encerra:

Após um período de relativo apagamento, a linguística diacrônica recupera uma vitalidade toda nova: os dados não param de se acumular e os métodos explicativos de se fortalecer. Aqui, como em outros campos, o progresso exigiria um esforço de unificação. Se é ilusório — e talvez pernicioso — querer unificar os métodos, é urgente harmonizar da melhor maneira possível o acesso aos dados; cada vez mais documentos são eletronicamente consultáveis; só a unificação relativa de sua balizagem hipertextual permitiria uma exploração verdadeiramente eficaz (*id.*: 160).

Embora os capítulos 2 e 5 de Martin não tenham a intenção de relacionar linguística teórica e linguística histórica, informam, sem dúvida, sobre o objeto de estudo dessas duas linguísticas.

Conquanto obras clássicas sobre a linguística histórica não tratem da relação entre as duas linguísticas em causa, o livro de Carlos Alberto Faraco, *Linguística histórica* (2005), trata da relação entre “linguística descritiva/teórica X linguística histórica” (2005: 98) e diz:

Mais modernamente, em decorrência da forma como se vêm dando os estudos sincrônicos, os manuais costumam usar a denominação linguística teórica para os estu-

dos sincrônicos (pelo fato de esses estudos se ocuparem antes com a construção de modelos teóricos, dedutivos, dos sistemas linguísticos e não com descrições indutivas) em oposição à *linguística histórica* (*id.*: 99).

Ao tratar de “concepções de linguagem e orientações teóricas diferentes”, diz Faraco:

A formulação e a discussão crítica dos conceitos de sincronia e diacronia revelam a questão epistemológica central da linguística histórica, ou seja, a concepção do objeto de estudo que cada uma das diferentes orientações tem. Dizemos que essa é a questão central porque é ela (a concepção de linguagem) que vai direcionar o modo como cada orientação teórica vai entender a mudança, o que, por sua vez, vai determinar seus diferentes métodos (*id.*: 102-3).

E, à p. 105, afirma:

Em razão da diversidade teórica que caracteriza a ciência em cada momento de sua história, e em razão dos respectivos conflitos entre as teorias e a teoria e o real, o processo acumulativo se dá menos por soma do que por amplas reelaborações teóricas, isto é, por retomadas de questões empíricas e procedimentos analíticos em novas chaves interpretativas.

Em “Selecionando teorias”, diz Faraco:

Ao iniciar-se em linguística histórica... o estudante não tem apenas de dominar conceitos e métodos, mas principalmente ter clareza quanto a certas opções anteriores a conceitos e métodos que ele deverá fazer (*id.*: 105).

Pergunta-se Faraco: “o ecletismo seria uma saída?” E responde:

O ecletismo facilmente gera contradição interna, o que é um defeito capital de qualquer elaboração teórica. Ao mesmo tempo, o ecletismo nunca garante uma base metodológica consistente e, justamente por isso, acaba por não fornecer as bases para uma ação produtiva... Isso não quer dizer que não haja teorias compatíveis, entre si, nem que a opção por uma teoria signifique dogmatismo. A compatibilidade de teorias se dá, em geral, quando elas compartilham fundamentos filosóficos (*id.*: 110).

Continua Faraco:

Condenar o ecletismo não significa — é importante repetir — que as teorias não se entrecruzem... Assim, uma coisa é o ecletismo (um amontoado acrítico, ingênuo, de teorias) e outra é a síntese teórica que implica a negação de uma teoria (pela crítica a seus fundamentos) e a retomada das questões empíricas e de seus procedimentos analíticos em novo esquema teórico, em nova chave interpretativa. Se o ecletismo é condenável, a síntese é, evidentemente, desejável (*id.*: 111).

Concordo plenamente com as posições de Faraco. Exporei, contudo, meu ponto de vista, que não diverge do dele, mas está esteado na prática de quase quinze anos do PROHPOR.

No texto com que nos apresentamos, em 1992, ao CNPq, um de nossos problemas era exatamente este: que linha teórica seguir? Optamos não pelo “ecletismo teórico”, mas por ser “heterodoxos”; não seguir uma linha teórica única. Já havia no grupo “estruturalistas”, “variacionistas” e “gerativistas”. Hoje há também “funcionalistas”, “filólogos”, “lexicólogos/lexicógrafos” e alguns que buscam reconstituir a sócio-história do português brasileiro.

A decisão do grupo foi: qualquer trabalho/pesquisa deveria ter uma “base descritiva” e, de acordo com a formação e objetivo de cada um e cada trabalho/pesquisa, a base teórica deveria ter coerência e consistência teórica, qualquer que fosse. Estudamos textos clássicos da linguística histórica ou diacrônica de A. Kroch, D. Lightfoot, S. Romaine; de funcionalistas (alemães, ingleses, americanos e brasileiros), tendo como objetivo a reconstituição do passado da língua portuguesa.

S. Romaine, no seu livro de 1985 — *Socio-Historical Linguistics* —, nos deu uma pista fundamental, sobretudo no que se refere a um aspecto metodológico (toda teoria tem o seu método): analogamente às classes sociais dos estudos de mudança linguística no “tempo aparente” da teoria laboviana, o “tipo” ou “gênero de texto” são variáveis externas ou extralinguísticas que devem ser consideradas. A partir daí, as pesquisas do PROHPOR, que tratam de mudança no “tempo real de longa duração”, têm buscado levantar dados em textos de natureza distinta.

Para o período arcaico da língua portuguesa (séc. XIII a meados do séc. XVI), não são muitas as opções: textos notariais (particulares e oficiais); textos historiográficos; textos de literatura religiosa; textos ficcionais (como é o caso do Ciclo do Graal) e a rica documentação poética do Cancioneiro Medieval Português, tanto o profano como o sagrado.

No que se refere à história do português brasileiro, a mesma estratégia de seleção de textos vem sendo adotada: cartas oficiais e particulares; documentos oficiais (atas, testamentos/inventários), anúncios de jornais e editoriais (estes últimos, a partir do século XIX), sempre buscando se a “mão”

que escreveu o documento é a de um brasileiro, de um português ou de um africano ou afrodescendente. Neste último caso está a pesquisa de Klebson Oliveira, com base no Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos, uma irmandade de cor, criada na 2ª década do século XIX por africanos para alforriar escravos. Ele vem pesquisando a relação fala/escrita na documentação não-literária oitocentista. É interessante saber que a primeira lei para a ortografia em língua portuguesa é do começo do século XX.

Uma questão pendente e candente, não colocada no início desta introdução, é a da relação *fala/escrita* na documentação do passado. Para alguns autores, a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, “ouvir o inaudível”.

S. Romaine, em seu *Socio-Historical Linguistics* (1985), trata do tema *língua falada vs. língua escrita*. Sintetizarei alguns pontos do seu texto:

Pode-se dizer que língua falada e língua escrita são instâncias de uma mesma língua incorporada por meios distintos... A função da escrita não é simplesmente gravar a língua falada: o ato de escrever tem uma existência independente (1985: 14-15).

À p. 17, ela afirma que a linguística tem marginalizado a língua escrita e afirma:

A posição que se deve tomar é esta: há métodos de análise linguística que são válidos, se a língua escrita é uma instância da língua, então as mesmas técnicas podem ser aplicadas a todas as instâncias. Em outras palavras, a teoria linguística não deveria, necessariamente, ser estendida para cobrir todos os casos relevantes; deveria aplicar-se àqueles casos da escrita como tem sido feito por toda parte (*id.*: 17).

Como sociolinguista que é, diz Romaine:

A língua escrita tem sido objeto de estudo, mas meu ponto de vista é que técnicas da sociolinguística (ou pelo menos técnicas consideradas especificamente sociolinguísticas) não têm sido empregadas e aqueles que se autodenominam de sociolinguistas ainda não se engajaram em tais estudos (*id.*: 20).

Considerando o período arcaico da língua portuguesa, discute-se é possível chegar, através da documentação escrita, ao português corrente. Há até quem defenda que sobre a documentação arcaica só se possam construir gramáticas de textos, nunca uma gramática de um estado de língua do passado.

Sendo a documentação escrita que permanece e sendo ela uma representação convencional da fala, teremos o reflexo da fala, que permite tirar conclusões, até certo ponto seguras, no nível morfofônico, já que, não havendo uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz, ou seja, da língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo. Também a ausência de um controle normativo faz com que no texto medieval a variação seja constante, fato que também pode ser indicador de usos variáveis da fala.

O mesmo se pode dizer da documentação do período colonial brasileiro, em que os manuscritos, às vezes de leitura muito difícil, permitem entreouvir a voz pelas frestas da variação da escrita.

Para concluir esse tópico, escolhi R. Lass. Sobre a metáfora “ouvir o inaudível” diz Lass: “Muito do nosso trabalho tem a ver relativamente com línguas antigas, de que não dispomos de gravações nem temos acesso aos falantes” (1997: 45). A propósito do que a escrita representa, ele opina que “ingenuamente, a escrita representa a língua; mas em que nível e com que precisão?” (*id.*: 47). Conclui o capítulo 2 — “Written Records” (1997: 44-103) — com o item, dramaticamente intitulado: “Interpretar vs. desaparecer” (*id.*: 96) e diz que fecha o capítulo “tratando de um problema intratável” (*id.*: *ib.*), porque:

emendar, normalizar e outras formas de editar falsificam e traduzem sob o título de tornar acessível, ao tempo em que pretendem ‘representar’ objetos do passado. Pior ainda, tais processos produzem pseudodados e prejudicam a leitura de monumentos históricos (*id.*: 102).

Se seguíssemos o pessimismo de R. Lass, não haveria linguística histórica! Nem ele mesmo, que é autor de um volume alentado — 423 páginas —, *Historical Linguistics and Language Change*, publicado em 1997 por insistência de J. Ayling, sua amiga, para que publicasse o “*bloody book*”, como se pode ler no prefácio (p. xx).

Se pelas teorias da linguística histórica e com o suporte de teorias linguísticas em geral, se pode chegar à caracterização esquemática de um momento da história passada de uma língua, são os dados empíricos, fornecidos pela documentação remanescente, que confirmarão ou não as teorias e que permitem rastrear e em parte reconstruir seu uso vivo. Assim, para chegar,

por exemplo, às possibilidades gramaticais do português arcaico, as teorias e os dados deverão estar interligados.

Ainda destaco o que dizem R. Lass e Labov sobre o caráter paradoxal da linguística histórica e da mudança linguística.

Diz o primeiro na pequena nota que introduz o livro: “A conclusão paradoxal é que nossos métodos historiográficos são frequentemente melhores do que os dados com que se tem de trabalhar” (1997: s/n).

Também Labov destaca o caráter paradoxal da linguística histórica, que define como “paradoxo histórico”:

Sendo o passado diferente do presente, não há como saber quão diferente ele foi ... O fenômeno que estamos estudando — a mudança linguística — é irracional, violento e imprevisível. Desenvolver princípios de mudança linguística pode parecer um empreendimento quixotesco, como muitos estudiosos já concluíram... A linguística histórica é marcada pela prevalência de contradições paradoxais que oferecem um rico leque de desafios para o especialista que deseje resolvê-los (1994: 21).

Para concluir esta introdução buscarei dimensionar ainda algumas questões que envolvem a linguística histórica:

Por que as línguas mudam? Como as línguas mudam? São essas as perguntas primárias e primeiras para as quais a linguística histórica busca resposta, desde que se constitui, com rigoroso método, a partir do século passado, mas certamente desde antes, como especulação em torno de problemas cruciais para a compreensão do fenômeno da linguagem humana, ou mesmo desde muito antes ainda: lembro o mito de Babel, nos confins de nossa história.

Na contemporaneidade, a apreensão do fenômeno se volta, com predominância, para captá-lo nas sincronias convenientes em determinado momento e lugar da história, no tempo aparente da diacronia sincrônica. E assim o âmbito da linguística histórica se alarga e se estreita, não se podendo hoje deixar de pensar tanto na linguística histórica no seu sentido estrito e antigo — a mudança das línguas ao longo do tempo —, como na linguística histórica, em um sentido lato e recente, que abarca as manifestações contemporâneas de fatos linguísticos não coetâneos.

Daí por que hoje a linguística histórica engloba os estudos de línguas integrados no movimento sincrônico das sociedades em que são usadas. Inclui, portanto, aspectos dominantes da sociolinguística da segunda metade

deste século, também da dialetologia, nascida já no século passado, como desdobramento subsequente e natural do historicismo neogramático dominante na segunda metade do século XIX.

Nessa conjugação da linguística histórica no seu sentido estrito, o da mudança no tempo real, com a que trabalha com dados das línguas na sua variação e mudança social e espacial sincrônicas, vê-se em causa o postulado laboviano conhecido como “princípio uniformitário”, o de que o conhecimento das realidades *in praesentia* abre caminho para melhor compreensão de fenômenos passados e o conhecimento de realidades passadas documentadas clareia a compreensão de fenômenos da atualidade. Posição bem expressa nesta passagem do *Building on Empirical Foundations* de Labov:

A aliança que Weinreich-Labov-Herzog (1968) propunham entre dialetologia, sociolinguística e linguística histórica é orientada para um tipo de teoria que equilibraria a balança entre explicação histórica e sincrônica, corrigindo o viés a-histórico da linguística geral do século XX. (1982: 21).

Mais recentemente, vê-se que o processo de constituição das línguas começa a entrar como argumento de teorias linguísticas que têm como objetivo fundamental não o responder ao porquê e ao como as línguas mudam, mas como elas se desencadeiam ontogenicamente no indivíduo e como representar essa possível gramática “natural”. É campo novo de busca em que parece se poderão encontrar vertentes antípodas das linguísticas deste século, em que as formulações dos sistemas e/ou gramáticas e as formulações históricas sobre o construir-se das línguas seriam incompatíveis.

Esse entendimento da posição do estudo da mudança linguística em uma teoria da gramática está explicitado em muitos trabalhos de D. Lightfoot, formulado como na passagem seguinte de *The Language Lottery*:

Se olharmos para o ponto em que certas mudanças ocorrem, podemos obter informações sobre os limites de gramáticas possíveis, sobre o momento em que o ambiente linguístico muda de tal maneira que desencadeie um diferente tipo de gramática (1984: 149).

Com essas novas abordagens que marcam a ciência da linguagem dos fins deste século, tem-se um renascimento da linguística histórica, tipo de linguística que fez nascer a ciência da linguagem no século passado.

Deve-se notar, contudo, que esse renascer não implica numa revolução paradigmática na linguística histórica, muito menos na linguística em geral, mas apenas numa reentrada da linguística histórica no cenário das correntes linguísticas hegemônicas. Não sou eu, nos limites de minha circunstância, que afirmo isso. Concordo entretanto, com H. H. Hock que, em seus *Principles of Historical Linguistics*, depois de analisar os percursos da linguística histórica na atualidade, conclui:

Vale notar que, ao longo desse percurso, não se conduziu a reflexão sobre a linguística histórica e sua prática a uma completa “revolução”, mas antes a modificações — pela incorporação de conceitos que provaram ser úteis e suficientemente importantes para serem adotados, e rejeitando (ou ignorando) outros (1986: VI).

Em 1977, no seu discurso como presidente da Linguistics Society of America — *Rethinking Linguistics Diachronically* (1979: 275) —, J. H. Greenberg assume o crescente interesse pela linguística histórica e o aumento do papel dos fatores diacrônicos na teoria sincrônica. Afirma que muitos caminhos são indicadores de que começam eles a entrar em vários níveis como participantes na estrutura explanatória da ciência da linguagem. Ressalva, entretanto, que essa nova face da linguística contemporânea não indica que se tenha posto abaixo a dicotomia saussuriana que opôs a abordagem sincrônica à diacrônica, mas que mudou a relação entre elas na compreensão do fenômeno linguístico, levando as análises sincrônicas a tornarem-se dinâmicas. Diga-se, aliás, que isso já vinha sendo proposto pelos estruturalistas do Círculo de Praga, nos idos de 1920, mas se diluiu no processo de desenvolvimento dos estruturalismos e posteriormente dos gerativismos que se encaminharam para tratar as línguas como fenômenos a-históricos.

Quando a LSA assume essa realidade, de fato estava “oficializando” fatos que começaram a surgir na década anterior. Vale destacar que, a partir do Simpósio do Texas, organizado por W. Lehmann e Y. Malkiel, em 1966, começaram a suceder-se, em vários pontos, encontros, seminários e congressos sobre a linguística histórica, suas perspectivas, seus avanços e já em 1973 ocorre o *First International Congress of Historical Linguistics*.

Sabemos todos que, na linguística hegemônica de então, foi de significação crucial para os destinos da linguística histórica o clássico da fonologia gerativa, *Sound Pattern of English* (1968), de Chomsky e Halle, em que argumentos diacrônicos são considerados para as interpretações da teoria

fonológica padrão. Rompe-se assim a muralha que antagonizava as abordagens sincrônica e diacrônica. Recorde-se que artigos anteriores de M. Halle são os predecessores de propostas que vinculam diacronia/sincronia no manual de fonologia antes referido.

Contemporaneamente ao que acontecia nas hostes da fonologia gerativa, começam a tomar vulto, a partir de 1966, as propostas de W. Weinreich, Labov e M. Herzog, publicadas em 1968 nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, fundadas nos trabalhos de campo precedentes de Labov em Martha's Vineyard e Nova York, nos estudos de contato linguístico de Weinreich e na experiência dialetológica de M. Herzog. Estava lançada no campo a teoria da variação e mudança da sociolinguística americana.

Assim, concomitantemente se esgarçava a oposição metodológica que antagonizava os férteis conceitos saussurianos e também se voltava a linguística para os dados das línguas enquanto fenômenos históricos, depois de rigoroso jejum que excluía o *corpus* de dados da metodologia e da análise linguísticas.

O texto clássico de 1970 (publicado no Brasil em 1976) de P. Kiparsky “Linguística histórica” — último capítulo dos *Novos horizontes em linguística*, organizado por J. Lyons, veiculará para um público mais amplo as relações entre argumentos diacrônicos e sincrônicos na análise fonológica sincrônica e processos diacrônicos. Nesses trabalho, Kiparsky almeja, ao finalizá-lo, que o pêndulo entre teoria linguística e linguística histórica tenha chegado à posição de equilíbrio (*id.*: 304).

No que se refere à teoria fonológica, o desejo de Kiparsky se confirmou. Entretanto, parece ainda longe de equilibrar-se o pêndulo que balança entre as teorias linguísticas essencialmente a-históricas, que não aceitam argumentos históricos para aperfeiçoarem-se, e as chamadas empiricistas que, a partir dos dados, evidenciam realidades sócio-históricas das línguas. A batalha ocorre agora nessa frente.

Desses confrontos (apesar de mortos e feridos) têm crescido sucessivamente, e com sucesso, as teorias que buscam a compreensão do fenômeno da linguagem humana tanto na sua face biopsíquica quanto na sócio-histórica. O reconhecimento da complementaridade — parece-me que possível — desses caminhos que correm paralelos será a meta de uma teoria explicativa abrangente para a linguagem humana.

Surpreende que o sugerido por Kiparsky em 1970 tenha tomado rumos independentes e hoje lemos teóricos gerativistas que trabalham com mudança linguística que não reconhecem a sociolinguística e vice-versa. No referido texto, se afirma que tais orientações são complementares, pelo menos no que se refere à questão basilar da linguística histórica, que é a mudança linguística:

As pesquisas que focalizam o contexto social da fala e a aquisição da linguagem pela criança completam a abordagem dessa questão fundamental que é a das mudanças... As formas e pronúncias variantes, independentemente de sua conscientização pelo falante, podem conter conotações sociais capazes de influenciar o curso das mudanças (1976: 292).

Um indicador interessante de que tal divórcio perdura e não a complementação sugerida por Kiparsky está no capítulo “Linguística histórica” de R. Coates, publicado em 1987 nos *New Horizons in Linguistics 2*, também organizado por J. Lyons. Aí fica patente que não convergiam os gerativistas e os sociolinguistas na tentativa de um teoria compreensiva da mudança. A orientação desse texto demonstra que a opção foi feita: privilegiam-se, com quase exclusividade, as contribuições das escolas sociolinguísticas — a americana e a inglesa — para a questão da mudança e pouco se menciona como o problema é tratado nos gerativismos.

A complementaridade sugerida no texto análogo de 1970 não se materializou substancialmente no percurso da linguística histórica dessas últimas décadas, no sentido de se construir uma teoria da mudança que conjugasse modelos gerativos e sociolinguísticos, mas sem dúvida, para os que não militam em uma ou outra hoste, os caminhos abertos são promissores.